



Número: **0602981-70.2018.6.16.0000**

Classe: **PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Dr. Carlos Alberto Costa Ritzmann**

Última distribuição : **11/10/2018**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Prestação de Contas - De Candidato, Cargo - Deputado Federal**

Objeto do processo: **Prestação de Contas relativa ao pleito de 2018, por LUIZ JURASKI, CPF 575.215.819-20, candidato ao cargo de Deputado Federal pelo Partido Republicano Brasileiro - PRB.**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ELEICAO 2018 LUIZ JURASKI DEPUTADO FEDERAL (RESPONSÁVEL)		MARINALDO JOSE RATTES (ADVOGADO)	
LUIZ JURASKI (REQUERENTE)		MARINALDO JOSE RATTES (ADVOGADO)	
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
7216716	11/03/2020 10:08	Acórdão	Acórdão

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ACÓRDÃO N.º 55.939

PRESTAÇÃO DE CONTAS 0602981-70.2018.6.16.0000 – Curitiba – PARANÁ

Relator: CARLOS ALBERTO COSTA RITZMANN

RESPONSÁVEL: ELEICAO 2018 LUIZ JURASKI DEPUTADO FEDERAL

ADVOGADO: MARINALDO JOSE RATTES - OAB/PR74022

REQUERENTE: LUIZ JURASKI

ADVOGADO: MARINALDO JOSE RATTES - OAB/PR74022

FISCAL DA LEI: Procurador Regional Eleitoral1

EMENTA- ELEIÇÕES 2018 - PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA - DEPUTADO FEDERAL - CANDIDATO NÃO ELEITO - LEI Nº9.504/97 E RESOLUÇÃO TSE Nº23.553/17 - ATRASO NA ENTREGA DOS RELATÓRIOS FINANCEIROS - RECEBIMENTO DE DOAÇÃO ESTIMÁVEL DE BENS NÃO INTEGRANTES DO PATRIMÔNIO DO DOADOR. IRREGULARIDADE GRAVE - DOAÇÕES COM INFORMAÇÕES DIVERGENTES NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO DOADOR. DOAÇÕES NÃO REGISTRADAS PELO REQUERENTE - INCONSISTÊNCIA NA SITUAÇÃO FISCAL DE FORNECEDOR – SUPOSTA OMISSÃO DE DESPESA - GASTO ELEITORAL COM RECURSOS DO FUNDO PARTIDÁRIO. MILITÂNCIA. INEXISTÊNCIA DE CONTRAPARTE. IRREGULARIDADE GRAVE. DEVOLUÇÃO AO TESOIRO - RECEBIMENTO DE DOAÇÕES E REALIZAÇÃO DE GASTOS EM DATA ANTERIOR À DATA INICIAL DA ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL. NÃO INFORMADOS À ÉPOCA – REALIZAÇÃO DE DESPESAS ANTES DA ABERTURA DE CONTA ESPECÍFICA E APÓS A DATA DA ELEIÇÃO – CONSTATADAS IRREGULARIDADES GRAVES E QUE COMPROMETEM A INTEGRIDADE DAS CONTAS - CONTAS JULGADAS DESAPROVADAS.

1.O descumprimento do prazo para entrega dos relatórios financeiros, quando não impede a análise e verificação das contas pelo setor de análise técnica, pode levar à mera aposição das ressalva.

2.O recebimento de doação estimável, sem comprovação de que os veículos supostamente cedidos integravam o patrimônio do doador originário, é irregularidade grave, que compromete a confiabilidade das contas.



3.A identificação de doações estimadas, recebidas de outros candidatos ou partidos políticos, com informações divergentes nas prestações de contas dos doadores ou não informadas pelo requerente, gera apenas ressalvas, quando é possível identificar a origem, destinação e natureza dos recursos.

4.A situação fiscal de fornecedor, que consta como “baixada” na base de dados da Receita Federal, constitui mero indício de inconformidade, necessitando de mais provas para evidenciar, de fato, alguma ilegalidade. Apontamento afastado.

5.Reputa-se afastada a suposta omissão de despesa com o Facebook - de valor ínfimo (R\$5,68) - vez que o setor técnico destacou a juntada de documento fiscal de despesas com impulsionamento, tendo ainda deixado de mencionar tal apontamento em suas conclusões.

6.O pagamento feito com verbas públicas, sem a devida contraparte no extrato bancário, configura gasto eleitoral não comprovado, sendo devida a devolução ao Tesouro Nacional. Irregularidade grave e que corresponde a 10,96% do total de recursos movimentados pelo prestador.

7.O recebimento de doações e realizações de gastos em data anterior à data inicial de entrega da prestação de contas parcial, mas não informados à época, devidamente declarados nas contas finais, é irregularidade que, isoladamente considerada, ensejaria mera oposição de ressalvas, haja vista a não frustração da fiscalização das contas.

8.A realização de despesas após a concessão do CNPJ, mas antes da abertura da conta bancária, contraria o disposto nos artigos 3º, inciso III e 38, ambos da Resolução TSE nº23553/2017. Entretanto, sendo verificada a natureza do gasto, e não havendo prejuízo à análise das contas, poderia ensejar a mera oposição de ressalvas, caso a irregularidade fosse isoladamente considerada.

9.Despesas com encargos financeiros, realizadas após a data da eleição, contrariam o disposto no artigo 35 da Resolução TSE nº23.553/2017. Entretanto, tratando-se de tarifa bancária, de evidente valor ínfimo, cobrada em razão da utilização da conta movimentada pelo prestador durante a eleição, seria possível a oposição de ressalvas, caso a irregularidade fosse isoladamente considerada.

10.Considerando o elevado número de irregularidades remanescentes e, especialmente, a gravidade de duas delas, reputa-se prejudicada a integridade das contas.

11.Contas desaprovadas, com determinação de devolução de recursos ao Tesouro Nacional.

DECISÃO

À unanimidade de votos, a Corte desaprovou as contas, nos termos do voto do Relator.



Curitiba, 10/03/2020

RELATOR CARLOS ALBERTO COSTA RITZMANN

RELATÓRIO

1.Trata-se de prestação de contas de campanha apresentada por **LUIZ JURASKI**, relativa às Eleições 2018, em que concorreu ao cargo de Deputado Federal pelo partido PRB - Partido Republicano Brasileiro e não foi eleito (ID 274582 e seguintes).

2.Publicado o edital, decorreu o prazo legal sem impugnação (ID 878116 e 987266).

3.Inicialmente a Seção de Contas Eleitorais e Partidárias deste Tribunal apresentou relatório apontando diligências a serem atendidas pelo requerente (ID 3411166). Intimado, manteve-se silente (ID 3726816).

4.Ao final, o órgão técnico apresentou **parecer conclusivo**(ID 5271316), opinando por julgar as contas como **desaprovadas**, diante das seguintes irregularidades remanescentes: I) atraso na entrega dos relatórios financeiros de campanha (item 1.1.1); II) possível omissão de movimentação financeira (item 4.1); III) doações recebidas do partido com informações divergentes na prestação de contas dos doadores (item 5.1); IV) doações recebidas de outro candidato e não registradas na prestação de contas em exame (item 5.2); V) inconsistência quanto à situação fiscal de fornecedor (item 5.3); VI) omissões relativas às despesas constantes da prestação de contas em exame e aquelas constantes da base de dados da Justiça Eleitoral (item 5.4); VII) inconsistências nas despesas pagas com recursos do Fundo Partidário (item 6.1); VIII) doações recebidas em data anterior à data inicial de entrega da prestação de contas parcial, mas não informadas à época (item 12); IX) realização de despesas antes da abertura da conta específica (item 13.1); X) realização de despesas após a data da eleição (item 13.2); e, XI) gastos eleitorais realizados em data anterior à data de entrega da prestação de contas parcial, mas não informados à época (item 13.3).

5.Intimado, o requerente não se manifestou (ID 5603366).

6.A Procuradoria Regional Eleitoral, em parecer de ID 5628566, entendeu que as irregularidades comprometem a confiabilidade das contas apresentadas. Assim, manifestou-se pela **desaprovação das contas**, nos termos do artigo 77, inciso III, da Resolução TSE, **com a devolução dos recursos oriundos do Fundo Partidário, que não tiveram sua utilização comprovada**.

É o relatório.

VOTO

1.Como visto no relatório, trata-se de prestação de contas de campanha apresentada por **LUIZ JURASKI**, então candidato a Deputado Federal nas eleições gerais de 2018, cuja competência originária é deste Tribunal Regional Eleitoral do Paraná e é regida pela Lei



nº9.504/97, regulamentada pelo Tribunal Superior Eleitoral na Resolução nº23.553/2017.

Obteve 2.481 votos.

2.Inicialmente, verifica-se que o requerente apresentou, de maneira tempestiva, suas prestações de contas parcial em 13.09.2018, e final em 06.11.2018, em conformidade com os artigos 50, §4º[1] e 52[2], ambos da já mencionada Resolução.

3.Não houve apresentação de prestação de contas retificadora, embora devidamente intimado para tanto.

4.Conforme informação do órgão técnico, os recursos utilizados na **campanha totalizaram R\$31.930,15**, sendo:

- R\$25.000,00 de recursos do Fundo Partidário;
- R\$6.930,15 em doações estimáveis em dinheiro.

5.Não há informação de repasse de recursos do Fundo Especial e Financiamento de Campanha.

6.Adentrando na análise das contas prestadas, verifica-se que ao final restaram as seguintes **irregularidades, apontadas no relatório conclusivo do órgão técnico** (ID 5271316):

I) Atraso na entrega dos relatórios financeiros de campanha (item 1.1.1):

Houve intempestividade no envio do relatório financeiro relativo à doação no valor de R\$10.000,00, em contrariedade ao disposto no artigo 50, inciso I, da Resolução TSE nº23.553/2017. Veja-se:

Não obstante, considerando a efetiva entrega do relatório correspondente, verifica-se que tal irregularidade não impediu a devida análise e fiscalização da referida doação pelo setor técnico, razão pela qual enseja a mera aposição de ressalvas.

II) Recebimento de doação estimável que não integrava o patrimônio do doador originário:

O setor técnico aponta irregularidade no recebimento de **três** doações estimadas, consistentes na cessão ou locação de veículos, no valor total de R\$1.500,00:

DATA	CPF	DOADOR	NATUREZA DO RECURSO ESTIMAVEL DOADO
10/09/2018	106.227.029-04	LETICIA EMILIA JURASKI	Cessão ou locação de veículos



10/09/2018 473.759.819-49 LUIZ CLAUDIO PAIOLA Cessão ou locação de veículos

10/09/2018 018.070.679-98 MARCELO LUIS VANIN Cessão ou locação de veículos

Quanto à doação efetuada, veja-se o que preconiza o artigo 27 da Resolução TSE nº23.553/17:

Art.27 - Os bens e/ou serviços estimáveis em dinheiro doados por pessoas físicas devem constituir produto de seu próprio serviço, de suas atividades econômicas e, no caso dos bens, devem integrar seu patrimônio.

Denota-se que o legislador previu, aqui também, exigência da propriedade do bem a ser doado como estimável em dinheiro, pois é a natureza deste tipo de doação: que o doador possa doar ao candidato, senão valores em espécie, o produto do seu próprio serviço ou a utilização de seus bens, que integram as contas de campanha como valores estimáveis em dinheiro.

No caso não foram comprovados que os bens integravam o patrimônio dos doadores, em que pese o prestador tenha sido devidamente intimado para tanto.

O procedimento, assim, compromete a regularidade das contas, pois impediu a efetiva fiscalização por parte da Justiça Eleitoral acerca da origem dos recursos.

Se por um lado não se pode presumir a má-fé do prestador, por outro não pode ele se furtar da responsabilidade que decorre da Lei e da Resolução, de fazer com que todos os recursos utilizados na campanha tenham sua origem devidamente esclarecida.

Veja-se:

EMENTA: [...] 1. Os bens e/ou serviços estimáveis em dinheiro doados por pessoas físicas e jurídicas devem constituir produto de seu próprio serviço ou de sua atividade econômica e, no caso de bens permanentes, devem integrar o patrimônio do doador (art.23, parágrafo único, da Res.-TSE 23.376/2012). 2. Impõe-se a desaprovação das contas quando as irregularidades verificadas impedirem o efetivo controle pela Justiça Eleitoral da movimentação financeira da campanha. 3. A insanabilidade do vício constatado pela instância ordinária afasta a incidência do princípio da proporcionalidade na espécie [...]” (TSE Ac de 11.11.2014 no AgR-REspe nº22277, rel. Min. João Otávio de Noronha).

É de se pontuar, ainda, que a irregularidade representa 4,69% do total de recursos movimentados pelo requerente e que, conforme se demonstrará a seguir, existem outras inconformidades de natureza grave nas contas.

III) Doações recebidas do partido com informações divergentes na prestação de contas do doador e doações de candidato não registradas pelo requerente (itens 5.1 e 5.2):

Foram lançadas doações recebidas do Diretório Estadual do PRB - Paraná, com informações divergentes na prestação de contas do referido doador.

DADOS CONSTANTES DA PRESTAÇÃO DE CONTAS EM EXAME

SEQ	DOADOR	UF/MUNICÍPIO	Nº RECIBO	DATA	FONTE	ESPÉC
-----	--------	--------------	-----------	------	-------	-------



0001	Direção Estadual/Distrital - PRB - PARANÁ	PR/PARANÁ	010990600000PR000007E	28/08/18	FP	Estima
0002	Direção Estadual/Distrital - PRB - PARANÁ	PR/PARANÁ	010990600000PR000003E	28/08/18	FP	Estima
0003	Direção Estadual/Distrital - PRB - PARANÁ	PR/PARANÁ	010990600000PR000004E	04/09/18	FP	Estima
0004	Direção Estadual/Distrital - PRB - PARANÁ	PR/PARANÁ	010990600000PR000009E	04/09/18	FP	Estima

DADOS CONSTANTES DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO DOADOR

SEQ	DOADOR	UF/MUNICÍPIO	Nº RECIBO¹	DATA	FONTE	ESPÉC
0001	Direção Estadual/Distrital - PRB - PARANÁ	PR/PARANÁ		28/08/18		Estima
0002	Direção Estadual/Distrital - PRB - PARANÁ	PR/PARANÁ		28/08/18		Estima
0003	Direção Estadual/Distrital - PRB - PARANÁ	PR/PARANÁ		04/09/18		Estima
0004	Direção Estadual/Distrital - PRB - PARANÁ	PR/PARANÁ		04/09/18		Estima
0005	Direção Estadual/Distrital - PRB - PARANÁ	PR/PARANÁ		04/09/18		Estima
0006	Direção Estadual/Distrital - PRB - PARANÁ	PR/PARANÁ		04/09/18		Estima

O setor técnico constatou ainda que o prestador deixou de registrar as seguintes doações estimadas em dinheiro, realizadas pelo candidato JOSÉ AROLDO SOUZA MARTINS:

DOADOR	UF/MUNICÍPIO	ESPÉCIE	VALOR (R\$)¹
--------	--------------	---------	--------------



JOSÉ AROLDO SOUZA MARTINS	PR/PARANÁ	Estimado	285,00
JOSÉ AROLDO SOUZA MARTINS	PR/PARANÁ	Estimado	299,52
JOSÉ AROLDO SOUZA MARTINS	PR/PARANÁ	Estimado	600,00
JOSÉ AROLDO SOUZA MARTINS	PR/PARANÁ	Estimado	950,00

Estas irregularidades, entretanto, tratam-se de erros contábeis no registro de doações estimáveis em dinheiro. Além disso, foi possível a fiscalização de tais movimentações, através da análise das prestações de contas dos doadores.

Diante disso, tais inconsistências ensejariam a mera aposição de ressalvas nas contas, caso consideradas isoladamente.

IV) Inconsistência quanto à situação fiscal de fornecedor (item 5.3):

O setor técnico aponta ainda inconsistência quanto à situação fiscal do fornecedor ANDRÉ PAULO FERRAZ PRADO, que consta como “baixada” na base de dados da Receita Federal.



Não obstante, tal fato constitui apenas indício de uma possível omissão quanto ao verdadeiro fornecedor, necessitando de mais provas para evidenciar, de fato, alguma ilegalidade. Ademais, a respectiva nota fiscal eletrônica foi devidamente juntada pelo prestador (ID 523116), o que presume a legalidade da despesa.

Assim, afasta-se qualquer apontamento em relação a suposta irregularidade.

V) Omissão de despesa:



O Setor Técnico identificou omissão relativa à despesa constante da prestação de contas em exame e aquelas constantes da base de dados da Justiça Eleitoral, obtidas mediante circularização e/ou informações voluntárias de campanha e/ou confronto com notas fiscais eletrônicas de gastos eleitorais.

Tal despesa refere-se a gastos **no valor de R\$5,68**, realizada com o fornecedor Facebook Serviços Online do Brasil Ltda.

Embora o prestador não tenha apresentado o histórico de pagamentos e cobranças de anúncios do Facebook, o setor técnico apontou a juntada de documento fiscal de despesas com impulsionamento, no valor de R\$170,92.

Desta forma, e considerando que o parecer técnico sequer menciona tal fato como irregularidade em suas conclusões, reputa-se superado esse apontamento específico.

VI) Despesas pagas com recursos do Fundo Partidário, sem a devida contraparte:

O setor técnico apontou as seguintes ocorrências nas despesas pagas com recursos oriundos do Fundo Partidário:

Tipo Despesa	Data	Valor	Fornecedor	Fonte do Pagamento	Existe Comprovante
Despesas com pessoal	10/09/2018	800,00	LUIZ CARLOS DOS SANTOS	Fundo Partidário	Contrato
Despesas com pessoal	10/09/2018	800,00	ANTONIO ADEMILSON FERREIRA	Fundo Partidário	Contrato
Despesas com pessoal	10/09/2018	1.000,00	GISELI CRISTINA DA ROSA ZARIERUCHA	Fundo Partidário	Contrato
Despesas com pessoal	10/09/2018	1.000,00	LEONILDA APARECIDA DE ALMEIDA KOCHMANSKI	Fundo Partidário	Não
Despesas com pessoal	10/09/2018	1.500,00	LUIZ CLAUDIO PAIOLA	Fundo Partidário	Contrato

Quanto aos pagamentos realizados a LUIZ CARLOS DOS SANTOS e ANTONIO ADEMILSON FERREIRA, verifica-se que, além de juntados os respectivos contratos de prestação de serviços, foi possível identificar a devida contraparte nos extratos eletrônicos, o que comprova a regularidade das despesas, afastando qualquer ressalva em relação a estes apontamentos.

Neste sentido já decidiu esta Corte:

EMENTA - ELEIÇÕES 2018. PRESTAÇÃO DE CONTAS. LIMITE. PRAZO. PRESTAÇÃO FINAL. INOBSERVÂNCIA. RESSALVA. GASTO ELEITORAL. SERVIÇO DE TERCEIRO/MILITÂNCIA. COMPROVAÇÃO. CONTRATO. IDÔNEO. PAGAMENTO. TED. BATIMENTO CPF. REGULARIDADE.

1 - A inobservância do limite do prazo para entrega da prestação de contas final configura falha de natureza formal a ensejar ressalva nas contas.

2 - Configura-se regular o gasto eleitoral de prestação de serviço de terceiro/militância registrado na prestação de contas e comprovado por contrato que cumpre todas as formalidades e cujo pagamento mediante TED foi comprovado pela Unidade Técnica pelo batimento dos CPF's (contraparte), bem como por recibos firmados pelos fornecedores.

(TRE-PR. PC 0603070-93.2018.6.16.0000, Acórdão nº55.199 de 17/10/2019, Relator JEAN CARLO LEECK, Publicação: DJ - Diário de Justiça 28/10/2019).



De outro lado, em relação às três outras despesas restantes, que totalizam **R\$3.500,00**, não foi possível identificar a respectiva contraparte nos extratos bancários, tampouco nos demais documentos juntados na prestação de contas.

Devidamente intimado para se manifestar sobre tal irregularidade, o prestador permaneceu inerte.

Com efeito, tratando-se de recursos públicos oriundos do Fundo Partidário, faz-se necessário o preenchimento de todos os requisitos para a comprovação dos gastos e, entre eles, a contraparte, que garante que o dinheiro público utilizado foi efetivamente sacado pelo fornecedor contratado.

Assim sendo, inexistindo a devida comprovação da destinação dos referidos recursos, **seu recolhimento ao Tesouro Nacional se impõe.**

Ademais, a irregularidade acima corresponde a **10,96%** do total de recursos movimentados pelo prestador, o que impede qualquer observância dos institutos da razoabilidade e proporcionalidade para uma eventual aprovação das contas com ressalvas.

VII) Doações recebidas e gastos realizados em data anterior à data inicial de entrega da prestação de contas parcial, mas não informados à época (itens 12 e 13.3):

Verifica-se que o prestador recebeu, no dia 10.09.2018, seis doações do diretório estadual do partido, como se vê da tabela constante do item 12 do parecer técnico (ID 5271316):

DIVERGÊNCIAS ENTRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL E A PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL

DATA	DOADOR	RECIBO ELEITORAL ²	VALOR (R\$)
28/08/2018	Direção Estadual/Distrital	010990600000PR000007E	508,00
04/09/2018	Direção Estadual/Distrital	010990600000PR000009E	59,85
04/09/2018	Direção Estadual/Distrital	010990600000PR000009E	507,00
04/09/2018	Direção Estadual/Distrital	010990600000PR000009E	550,00
04/09/2018	Direção Estadual/Distrital	010990600000PR000009E	48,00
04/09/2018	Direção Estadual/Distrital	010990600000PR000008E	580,00

Também realizou despesas nas datas de 20.08.2018 e 31.08.2018, como se vê da tabela constante do item 13.3 do parecer técnico:



DIVERGÊNCIAS ENTRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL E A PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL

DATA	Nº DOC. FISCAL	FORNECEDOR	² VALC
31/08/2018	0422018	DIÁRIO CONTÁBIL LTDA	37:
20/08/2018	01	MARINALDO RATTES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	55:

Tanto a realização de gastos eleitorais quanto o recebimento de doações ocorreram em data anterior à data inicial da entrega da prestação de contas parcial, mas não foram informadas à época, violando o contido no artigo 50, §6º, da Resolução TSE nº23.553/2017.

Contudo, vê-se que as irregularidades não impediram a verificação das contas ao final pelo órgão técnico, razão pela qual a jurisprudência deste Tribunal Regional, de forma reiterada, vem entendendo pela formalidade destas inconsistências, o que permitiria a aprovação das contas com ressalvas, caso isoladamente consideradas.

VIII) Realização de despesas antes da abertura da conta específica (item 13.1):

O setor técnico apontou a realização de despesas após a concessão do CNPJ de campanha, ocorrida em 14.08.2018, mas antes da abertura da conta bancária específica de campanha, ocorrida em 24.08.2018, em violação aos artigos 3º, inciso III[3] e 38[4], ambos da Resolução TSE nº23.553/2017.

DESPESAS REALIZADAS APÓS A CONCESSÃO DO CNPJ DE CAMPANHA E ANTES DA ABERTURA DA CONTA

DATA	NOME DO FORNECEDOR	Nº. DOC. FISCAL /RECIBO	VALC
20/08/2018	MARINALDO RATTES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	01	5

Com efeito, tal despesa foi declarada e comprovada nas contas, bem como está identificada e verifica-se que seu pagamento ocorreu após a abertura da conta bancária, mediante compensação de cheque, no dia 11.10.2018, na conta específica.

Assim, tal irregularidade se revela como falha que não comprometeu a lisura das contas, sobretudo em razão da identificação da origem do recurso, caso fosse isoladamente considerada, o que não é o caso dos autos.

IX) Realização de despesas após a data da eleição (item 13.2):

O setor técnico apontou despesa com encargos financeiros em 17.10.2018, no valor total de R\$17,50, contrariando o disposto no artigo 35[5] da Resolução TSE nº23.553/2017.

Entretanto, observa-se que se trata de tarifa bancária, provavelmente cobrada em razão da utilização da conta movimentada pelo prestador durante a eleição. Ademais, tal gasto, de



evidente valor ínfimo, representando 0,07% do total das despesas registradas, permitiria a aposição de ressalvas, caso fosse isoladamente considerado.

7. Portanto, considerando o elevado número de inconformidades remanescentes e, especialmente, a gravidade das irregularidades expostas nos itens II e VI - que, somadas, correspondem a aproximadamente **15,65 do total de recursos movimentados pelo requerente** em sua campanha - reputa-se prejudicada a integridade das contas, **concluindo-se por sua desaprovação.**

8. **ISTO POSTO**, diante da argumentação acima expendida, acompanhando os pareceres do Setor Técnico e da Procuradoria Regional Eleitoral, e com fundamento no artigo 30 da Lei nº9.504/97 c/c o artigo 77, inciso III[6], da Resolução TSE nº23.553/2017, **voto no sentido de julgar DESAPROVADAS as contas de LUIZ JURASKI**, relativas às Eleições de 2018, em que concorreu ao cargo de Deputado Federal e não foi eleito.

9. Determino **o recolhimento do valor oriundo do Fundo Partidário** ao Tesouro Nacional, cujas despesas não foram comprovadas, no montante de **R\$3.500,00, (três mil e quinhentos reais)** nos termos do artigo 82[7] da Resolução TSE nº23.553/2018.

Curitiba, 10 de março de 2020.

Carlos Alberto Costa Ritzmann
Relator

[1] Art.50 - Os partidos políticos e os candidatos são obrigados, durante as campanhas eleitorais, a entregar à Justiça Eleitoral, para divulgação em página criada na internet para esse fim (Lei nº9.504/1997, art.28, §4º):

(...)

§4º - A prestação de contas parcial de campanha deve ser encaminhada por meio do SPCE, pela internet, entre os dias 9 a 13 de setembro do ano eleitoral, dela constando o registro da movimentação financeira e/ou estimável em dinheiro ocorrida desde o início da campanha até o dia 8 de setembro do mesmo ano

[2] Art.52 - As prestações de contas finais referentes ao primeiro turno de todos os candidatos e de partidos políticos em todas as esferas devem ser prestadas à Justiça Eleitoral até o trigésimo dia posterior à realização das eleições

[3] Art. 3º A arrecadação de recursos para campanha eleitoral de qualquer natureza por partidos políticos e candidatos deverá observar os seguintes pré-requisitos:

(...)

III - abertura de conta bancária específica destinada a registrar a movimentação financeira de campanha;

[4] Art. 38. Os gastos de campanha por partido político ou candidato somente poderão ser efetivados a partir da data da realização da respectiva convenção partidária, observado o preenchimento dos pré-requisitos de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 3º desta resolução.

[5] Art. 35. Partidos políticos e candidatos podem arrecadar recursos e contrair obrigações até o dia da eleição.

[6] Art. 77. Apresentado o parecer do Ministério Público e observado o disposto no parágrafo único do art. 76 desta resolução, a Justiça Eleitoral verificará a regularidade das contas, decidindo



(...)

III - pela desaprovação, quando constatadas falhas que comprometam sua regularidade;

[7] Art. 82. A aprovação com ressalvas da prestação de contas não obsta que seja determinada a devolução dos recursos recebidos de fonte vedada ou a sua transferência para a conta única do Tesouro Nacional, assim como dos recursos de origem não identificada, na forma prevista nos arts. 33 e 34 desta resolução.

§ 1º Verificada a ausência de comprovação da utilização dos recursos do Fundo Partidário e/ou do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) ou a sua utilização indevida, a decisão que julgar as contas determinará a devolução do valor correspondente ao Tesouro Nacional no prazo de 5 (cinco) dias após o trânsito em julgado, sob pena de remessa de cópia digitalizada dos autos à representação estadual ou municipal da Advocacia-Geral da União, para fins de cobrança.

§ 2º Na hipótese do § 1º, incidirão juros moratórios e atualização monetária, calculados com base na taxa aplicável aos créditos da Fazenda Pública, sobre os valores a ser recolhidos ao Tesouro Nacional, desde a data da ocorrência do fato gerador até a do efetivo recolhimento, salvo se tiver sido determinado de forma diversa na decisão judicial.

EXTRATO DA ATA

PRESTAÇÃO DE CONTAS Nº 0602981-70.2018.6.16.0000 - Curitiba - PARANÁ - RELATOR: DR. CARLOS ALBERTO COSTA RITZMANN - REQUERENTE: LUIZ JURASKI - Advogado do(a) REQUERENTE: MARINALDO JOSE RATTES - PR74022

DECISÃO

À unanimidade de votos, a Corte desaprovou as contas, nos termos do voto do Relator.

Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Tito Campos de Paula. Participaram do julgamento os Eminentíssimos Julgadores: Desembargador Vitor Roberto Silva, Desembargador Luiz Fernando Wowk Penteado, Rogério de Assis, Carlos Alberto Costa Ritzmann, Thiago Paiva dos Santos e Roberto Ribas Tavnaro - Substituto em exercício. Presente a Procuradora Regional Eleitoral, Eloísa Helena Machado.

SESSÃO DE 10.03.2020.

